

ATO DECLARATÓRIO DE INEXIGIBILIDADE Nº 26/2025

Processo Administrativo nº: 47001.010676/2025-21.

Interessado: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará - CEDCA-CE e o Instituto Maria da Hora.

Objeto da Parceria: Execução do Projeto “Espaço Inclusões”.

Venho por meio deste ato declaratório de inexigibilidade de chamamento público apresentar abaixo as razões pelas quais entendo necessário e conveniente à Administração Pública proceder a parceria com a organização da sociedade civil **Instituto Maria da Hora**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.750.574/0001-63, fundamentada no art. 31, *caput*, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

RAZÕES DA PARCERIA

A parceria objetiva realizar o Projeto “Espaço Inclusões”, a ser executado com recursos do Fundo Estadual para a Criança e Adolescente – FECA, visando proporcionar a crianças e adolescentes com deficiência o desenvolvimento da cidadania, por meio da ludicidade, do desporto e da cultura, através da sala de estimulação precoce e sensorial, através de ações inclusivas de esporte, que desenvolvam suas capacidades cognitivas, motoras, sociais e de linguagem, segundo suas necessidades, estimulando o aprimoramento de suas habilidades e potencialidades.

A referida Organização da Sociedade Civil foi certificada pelo Conselho Estadual dos direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA através da Resolução nº 533/2023, publicada no Diário Oficial do dia 25 de outubro de 2023, sendo autorizada a captar recursos para o respectivo Fundo, a fim de executar o projeto em pauta.

Em razão disso, a OSC promoveu campanhas de sensibilização junto a pessoas físicas e jurídicas para destinação do imposto de renda, obtendo posteriormente autorização do CEDCA para destinação de recursos do FECA através da Resolução nº 574/2025, publicada em 14 de março de 2025, para a execução do citado projeto.

Dessa forma, considerando a inviabilidade de competição, torna-se inexigível o chamamento público, nos termos do art. 31, *caput*, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

DECIDO

Considerando o Processo Administrativo nº 47001.010676/2025-21 e em atenção às disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Estadual nº 32.810/2018, **DECLARO A INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para formalização da parceria cujo objeto é a execução do Projeto “Espaço Inclusões”, sendo admitida a impugnação desta justificativa no prazo de 15 (quinze) dias a contar da sua publicação.

Fortaleza, na data da assinatura.

Sandro Camilo Carvalho
Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna - SPS